

REFERENCIAIS BÁSICOS PARA A CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Hélio Hiroshi Hamada*

Renato Pires Moreira**

Resumo

Existe uma lacuna nas ações formativas de profissionais que atuam na atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) no Brasil, que, por sua vez, está carente de referências que orientem o desenvolvimento de matrizes curriculares de cursos de capacitação. Por se tratar de uma atividade especializada, destinada à produção e salvaguarda de conhecimentos necessários à tomada de decisão nos diversos níveis de assessoramento estatal, os profissionais que atuam nessa área necessitam de uma capacitação específica que contenha uma base filosófica e doutrinária capaz de proporcionar suporte a seu trabalho diário. Posto isso, foram analisadas literaturas especializadas em ISP e documentos que tratam de educação profissional nas instituições de segurança pública, o que gerou um resultado teórico-prático de referenciais básicos que auxiliam nas propostas de currículos de cursos de capacitação. Nesse sentido, os referenciais propostos partem das competências e missões das instituições de segurança pública, alinhados com os temas tratados no âmbito da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública e suas conexões com os conhecimentos, habilidades e atitudes esperados dos profissionais de ISP.

Palavras-chave: *Inteligência de segurança pública; Matriz Curricular Nacional; Segurança pública; Perfil profissiográfico; Mapeamento de competências.*

Introdução

A atuação de profissionais de Inteligência de Segurança Pública (ISP) no Brasil surge como debate na medida em que há a necessidade de se qualificar a atividade e seus produtos voltados para o controle da criminalidade e da violência. A atividade de ISP é prioritariamen-

te executada pelas forças policiais nos níveis federal, estadual e municipal¹, para subsidiar decisões estratégicas e operacionais que orientem as políticas e ações em suas respectivas áreas de atribuição e competência. Neste cenário, a capacitação de profissionais que atuam

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuação como chefe do Centro de Pesquisa e Pós-graduação da Polícia Militar de Minas Gerais.

** Analista de Inteligência. Especialista em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública. Especialista em Política e Estratégica e em Polícia Judiciária Militar. 2º Sargento da Polícia Militar de Minas Gerais.

¹ Em se tratando de atividade de Inteligência, as demais agências que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) também colaboram com o fluxo de informações, a exemplo da Agência Brasileira de Inteligência, Exército, Marinha, Aeronáutica e Receita Federal, que mantém acompanhamento de campos de interesse na área da segurança pública.

nessa atividade é fundamental para que haja padronização e efetividade dos esforços institucionais.

O propósito do presente artigo é discutir questões que permeiam a capacitação de profissionais que lidam com a análise de informações, cujo emprego de técnicas especializadas e ações próprias da atividade de ISP têm a finalidade de produção de conhecimentos úteis e oportunos com vistas ao assessoramento do processo decisório. Por certo, esse campo da ISP se mostra carente de referências que orientem o desenvolvimento de matrizes curriculares de cursos de capacitação. Por cursos de capacitação, entende-se os direcionados a policiais já formados, designados para agências de Inteligência e que necessitam de conhecimento mais aprofundado e treinamento especializado para o exercício da função.

Para a discussão do assunto em pauta, emerge a seguinte problemática: quais são os referenciais básicos que devem orientar os currículos voltados para a capacitação de profissionais de ISP no Brasil? Nessa acepção, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória baseada em levantamento bibliográfico especializado no assunto e pesquisas em sites das diversas instituições de segurança pública do país, com o intuito de encontrar respostas ao questionamento em pauta.

Dessa forma, este artigo se desenvolve numa perspectiva teórico-prática para orientar ações formativas que envolvam profissionais que atuam na

atividade de ISP, de forma a auxiliar a elaboração de currículos de cursos de capacitação nas instituições que lidam com segurança pública.

Concepções sobre capacitação em Inteligência de Segurança Pública

O surgimento de sistemas de Inteligência nas forças policiais não é um fenômeno recente. No entendimento de Cepik (2003), está inserido na terceira matriz histórica dos serviços de Inteligência contemporâneos², inicialmente voltados para a manutenção da ordem interna, que remontam a atividades desenvolvidas na Europa na primeira metade do século XIX, principalmente em decorrência de movimentos inspirados na Revolução Francesa e do desenvolvimento do movimento operário anarquista e socialista. Segundo o autor, atualmente, tais sistemas ainda cuidam da segurança interna, porém com outros focos, a exemplo de terrorismo, crimes graves e proliferação de armas.

No Brasil, somente no ano 2000, por meio do Decreto nº 3.695, foi criado o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp) no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). O Sisp é composto pelas instituições que atuam na segurança pública e tem por finalidades coordenar e integrar as atividades de ISP no Brasil e suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisão neste campo.

Notadamente, para a execução da ISP, é necessário que haja um corpo per-

² Segundo Cepik (2003), a primeira matriz refere-se à Inteligência externa, voltada para as atividades de diplomacia, a segunda à Inteligência de defesa, voltada para a busca de informações de guerra, e a terceira à Inteligência de segurança, com foco em policiamento.

manente e dedicado de integrantes nas agências de Inteligência das instituições de segurança pública. Gonçalves (2016, pp. 48-49) destaca que são objetivos da ISP “identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza”. Para atingir tais objetivos, os profissionais de ISP precisam lidar rotineiramente com recursos especializados, o que exige um preparo para a função desempenhada. Nesse ponto, o foco recai sobre os recursos humanos, cujas instituições devem incentivar cursos de formação e aperfeiçoamento com o objetivo de capacitá-los para o desempenho de suas atribuições dentro de critérios de eficiência e eficácia.

As especificidades da atividade de ISP fazem que haja uma atenção para a capaci-

tação dos recursos humanos. Telemberg (2015, p. 108), afirma que “a formação na área de Inteligência segue a (sic) normas e padrões flexíveis e diferenciados, de acordo com sua finalidade e característica”. Assim, os recursos humanos a serem empregados devem receber o treinamento específico de acordo com cada segmento (Inteligência e Contra-inteligência) e a busca de conhecimento protegido ou negado (Operações de Inteligência), com o foco nos objetivos da atividade de ISP.

Do ponto de vista do tipo de formação, Telemberg (2015, pp. 111-112) apresenta um esquema de formação continuada para analistas e agentes de Inteligência que pode ajudar na formulação de currículos para capacitação de recursos humanos a serem empregadas na atividade de ISP, conforme se vê no QUADRO 1:

QUADRO 1: Conhecimentos necessários para a formação continuada de profissionais de Inteligência.

Nível de formação	Analista de Inteligência	Agente de Operações
Básica	Conhecimentos especializados compatíveis com o setor de atuação, aliado a algum treinamento quanto a técnicas, métodos e doutrina.	Domínio de técnicas especializadas, métodos e doutrina.
Intermediária	Ênfase na especialização, algum conhecimento interdisciplinar aliado a um sólido treinamento quanto a doutrina, técnicas e métodos de procedimento.	Ênfase em técnicas, métodos, procedimentos e doutrina, que visam, em especial, ao planejamento, aliado a algum conteúdo para adequar o profissional às coberturas mais comuns.
Avançada	Ênfase nos conhecimentos político-sociais, visão interdisciplinar, sólidos conhecimentos de doutrina, técnicas e métodos para a produção de documentos mais livres com vistas a valorizar a visão prospectiva.	Ênfase no treinamento individual capaz de adequar o profissional à estória-cobertura específica, aliado ao treinamento sobre o planejamento de operações, cujas técnicas, métodos e procedimentos já seriam do domínio do operador.

FONTE: Adaptado de Telemberg (2015, p. 103).

A partir da formação continuada proposta por Telemberg (2015), infere-se a necessidade de se ter parâmetros em matrizes curriculares para atender as demandas dos três níveis de formação dos profissionais de ISP.

Discussões contemporâneas acerca da construção de matrizes curriculares

Em se tratando de capacitação de recursos humanos, há de se reportar, necessariamente, às matrizes curriculares de

curso para que elas atendam aos objetivos da profissionalização, no caso, de integrantes das instituições que compõem o Sisp para o exercício da atividade de ISP. Neste escopo, abre-se uma discussão para a questão do currículo, a partir de suas convergências e divergências do ponto de vista educacional.

Conforme Pacheco (1996), existe uma dificuldade quando se procura definir o currículo em razão de sua própria natureza e dimensão. Assim, o autor situa a divergência em seu aspecto conceitual em duas definições que se contrapõem, sendo uma formal, com um plano previamente definido a partir de seus fins e finalidades, e outra informal, como um processo decorrente de sua própria aplicação.

Na perspectiva formal, o currículo apresenta-se como o conjunto de conteúdos a serem ensinados e que se encontram organizados por disciplinas, temas e áreas de estudo. Na perspectiva informal, as definições são caracterizadas por um conjunto de experiências educativas que compõem um sistema dinâmico, probabilístico e complexo, sem uma estrutura predeterminada (PACHECO, 1996).

Nesta discussão, os problemas curriculares não passam somente pela solução teórica, mas também pela prática, pois o currículo possui fatores e variáveis que decorrem do discurso prático, reforçando a concepção como processo e não como produto. Mesmo assim, como explica Doll Junior (1997), a mudança de ênfase para a discussão do currículo com foco na prática não exclui a dimensão teórica, mas desenvolve a teoria a partir da prática.

Sacristán (2000) considera que o currículo é o cruzamento de práticas diversas e que decorre de uma construção social que leva a contextos concretos que vão dando forma e conteúdo, sendo convertido ou modelado de maneira particular na prática pedagógica. Assim, o autor descreve que o currículo é produzido sob contextos que se sobrepõem e se integram uns aos outros, dando significado a experiências obtidas por quem delas participa. Desta forma, o currículo passa a ser o cruzamento de práticas diferentes que convergem no que se pode denominar de prática pedagógica que se encontra ancorada em contextos diversos.

Nesta perspectiva, parte-se para o formato do currículo, que adquire uma forma singular, mas que não se traduz em mera seleção de conteúdos justapostos ou desordenados e sem critério. Como relata Sacristán (2000), o currículo deve ser organizado sob uma forma que seja apropriada ao nível educativo, derivando-se de importantes repercussões da prática. Assim, os objetivos e conteúdos devem estar agrupados sob um esquema de organização que componha um mosaico cujas peças se integrem e relacionem-se umas com as outras de forma aberta. Esta organização de conteúdos faz com que o currículo adquira sentido em sua forma prática, alcançando efeitos em seu aspecto educativo e no contexto social a que o indivíduo se encontra inserido.

A perspectiva formal do currículo adquire importância na medida em que contribui para apresentar os mecanismos para a organização de conteúdos. Zabala (1998) trata da organização dos conteúdos como unidades de intervenção que

se vinculam e definem a prática da aula, não se reduzindo ao trabalho de um único conteúdo, geralmente configurados em unidades, que, por sua vez, obedecem a critérios de seleção e tipo de relações entre eles, articulando-se em torno de temas, perguntas, tópicos, lições, entre outros. O entendimento é de que, quanto mais relacionados entre si estejam os conteúdos, maior será a potencialidade de uso e compreensão deles. Nesse sentido, o autor destaca que os conteúdos devem ser trabalhados conforme os “centros de interesse”, de modo a auxiliar na organização de unidades didáticas que são relevantes para a compreensão de realidades em seus diferentes graus de relação: multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares³.

A última expressão do valor do currículo dá-se quando ele é colocado em prática, na qual toda a intenção realiza-se e adquire significados definitivos para alunos e professores. Segundo Sacristán (2000), o currículo é a ponte entre teoria e ação, entre intenções ou projetos e realidade. Desta forma, não há contradição entre o currículo formal e o informal, mas, sim, uma complementaridade em que cada um contribui para o equilíbrio entre teoria e prática.

Uma vez apresentadas as particularidades da construção de currículos do ponto de vista educacional, parte-se para a discussão em relação à capacitação dos profissionais de ISP. Assim, para se atingir as áreas temáticas que

comporão tais currículos, são apontados, a seguir, os referenciais básicos para que esses conteúdos possam ser elaborados de acordo com as especificidades da atividade de ISP.

Competências e missões das instituições de segurança pública

As instituições de segurança pública possuem competências específicas definidas na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 144 determina que o exercício da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio é realizado por meio de polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Na esfera federal, a polícia federal, a polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal possuem papéis específicos descritos no mesmo dispositivo legal. Assim, à polícia federal cabe apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aérea

³ A multidisciplinaridade é a disposição de conteúdos independentes uns dos outros, em uma organização somativa. A interdisciplinaridade é a interação entre duas ou mais disciplinas. A transdisciplinaridade é o grau máximo de relações entre disciplinas que supõe integração global em um sistema (ZABALA, 1998).

e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. O patrulhamento ostensivo nas rodovias federais cabe à Polícia Rodoviária Federal e nas ferrovias federais, à Polícia Ferroviária Federal.

Na esfera estadual, as polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares cumprem o papel estabelecido no caput do artigo 144. Às polícias civis foram incumbidas as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, e aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe à execução de atividades de defesa civil.

Ainda, a Carta Magna estipulou a possibilidade de formação de guardas municipais nos municípios, as quais ficam destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações públicas. Apesar de previsto desde a promulgação da Constituição Federal, a grande maioria dos municípios brasileiros ainda não possui estrutura para o funcionamento de uma guarda municipal. Segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2012⁴, do total de 5.565 municípios no país, somente 993 possuem o serviço, totalizando um efetivo total de 96.147 integrantes, do qual pouco mais da metade (49.280) encontra-se concentrado

nos municípios da região sudeste. Todavia, em quase todos os municípios com mais de 500.000 habitantes, há uma guarda municipal em funcionamento, o que denota a demanda por esse serviço nos grandes centros urbanos.

Além de conhecer as competências legais das instituições que cuidam da segurança pública, é importante saber como estas se encontram alinhadas estrategicamente, e o que pode ser analisado através das missões constantes nos planos estratégicos. A missão, conforme o pensamento estratégico, consiste na declaração sobre o que a organização quer, num propósito fundamental, definindo a finalidade de sua existência. Desta forma, foram realizados levantamentos em sites institucionais da polícia federal, da polícia rodoviária federal, das polícias militares e civis dos Estados e Distrito Federal⁵ e de algumas guardas municipais⁶ acerca do registro da missão num planejamento estratégico. Neste universo, foram coletados dados de 30 instituições de segurança pública atuantes no país que dispunham das informações requeridas.

Após a coleta de dados junto às instituições de segurança pública, foi realizada uma análise bibliométrica com o propósito de identificar os assuntos mais relevantes por meio da medição de fluxos de informação, resultando numa nuvem de palavras. Uma nuvem de palavras, segundo Lunardi, Castro e Monat (2008),

⁴ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Perfil dos Municípios Brasileiros 2012.

⁵ Dos 27 entes federados, 13 polícias militares e 12 polícias civis possuíam disponíveis nos sites institucionais a respectiva missão estratégica.

⁶ Foram encontrados registros da missão estratégica nas guardas municipais de Florianópolis/SC, Pelotas/RS e São Gonçalo/RJ.

é composta de textos que proporcionam uma compreensão rápida de um conteúdo a partir de palavras mais frequentes. De acordo com esses autores, os dados que estão na nuvem de palavras nada mais são que uma lista de palavras que está relacionada ao número de vezes que elas aparecem. A importância de determinada palavra em relação à sua semântica, ao contexto e a dimensões adicionais de significados são possibilidades de interpretação da nuvem de palavras.

Nesse sentido, a partir da nuvem de palavras formada com os dados coletados da missão estratégica das instituições de segurança pública, observa-se que há uma essência no contexto legal e social cujos focos são a paz, o bem-estar da sociedade e o fomento ao respeito aos direitos humanos e à garantia da proteção da pessoa pela polícia ostensiva e judiciária. A eficiência dos serviços das instituições policiais apresenta-se com ênfase na excelência. A preocupação, notadamente, volta-se para o ambiente criminal, demonstrando, por vezes, a parceria entre os outros órgãos estatais e a comunidade como estratégias para a resolução de problemas.

FIGURA 1: Nuvem de palavras mais frequentes nas missões estratégicas das Instituições de Segurança Pública no Brasil.



Fonte: Dados dos autores (2017).

Considerações da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) foi proposta pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em sua primeira versão, no ano de 2007. Com a evolução das questões de segurança pública e da própria ISP, a DNISP, depois de seguidas revisões, chegou a 4ª edição em 20 de janeiro de 2016, data em que foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Na esfera educacional, a DNISP é fundamental para orientar a construção de uma matriz curricular para a área, haja vista conter, no bojo do citado ordenamento doutrinário, além dos conceitos básicos necessários à ISP, os fundamentos doutrinários à produção do conhecimento, as operações de ISP, os ramos Inteligência e Contraineligência, bem como a organização das agências de Inteligência e a articulação dessas perante o Sisp. Destarte, o objetivo da DNISP consiste na busca de uma padronização de procedimentos da ISP para as instituições de segurança pública pertencentes ao Sisp, com vistas a disponibilizar aos profissionais de Inteligência os fundamentos necessários para o enfrentamento preventivo da criminalidade.

Feitoza (2012, p. 89) relata que a DNISP não é um conjunto de normas em sentido estrito, mas um modelo que cada instituição de segurança pública pode ou não seguir. Mas, uma vez aceita, deve ser imperativa nos respectivos âmbitos organizacionais. Isso leva a crer na necessidade de se disseminar a DNISP aos profissionais de Inteligência de segurança pública das instituições.

Nessa perspectiva, por constituir um conjunto de conceitos, características, princípios, valores, normas, métodos, procedimentos, ações e técnicas norteadoras de ISP, atreladas à capacidade de padronização para a atuação das agências que integram o Sisp, torna-se necessário que esta doutrina seja discutida em cursos iniciais para os profissionais de segurança pública. Isso facilitará que a atividade seja desmistificada e, conseqüentemente, seja viável uma capacitação mais consistente e necessária aos profissionais de Inteligência de segurança pública para atuarem em prol da sociedade ordeira.

Ainda sobre a DNISP, vale esclarecer que a “qualificação do profissional de ISP deverá ser realizada por meio de específicos e sistemáticos programas de formação, de especialização, de aperfeiçoamento continuado e treinamento permanente” (BRASIL, 2009).

Eixos articuladores da Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública

As ações formativas dos profissionais da área de segurança pública no Brasil são orientadas pela Matriz Curricular Nacional (MCN) (BRASIL, 2014) com seus eixos articuladores e áreas temáticas executados pela Senasp. Trata-se de um documento cuja abrangência faz-se em nível nacional e que recomenda que os currículos das ações de treinamento contemplem, entre outros, as diferentes formas de violência e criminalidade, a organização do Estado Moderno, papéis das instituições de segurança pública, as metodologias orientadas e focadas na

comunidade, colaboração e integração das ações de justiça e segurança, mediação de conflitos, administração do uso da força e gerenciamento de crises. Ainda, ações que permitam lidar com a complexidade, o risco e a incerteza e, por fim, a utilização de metodologias que possibilitem identificar problemas, buscar, implementar e avaliar soluções.

Para a MCN (BRASIL, 2014, p. 41), os eixos articuladores “estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional”. E tais eixos “devem permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas”.

Os eixos articuladores que compõem a Matriz são:

- a) sujeito e interações no contexto da segurança pública;
- b) sociedade, poder, estado e espaço público e segurança pública;
- c) ética, cidadania, direitos humanos e segurança pública;
- d) diversidade étnico-sociocultural, conflitos e segurança pública.

A MCN foi produzida por meio de um estudo profissiográfico e do mapeamento de competência realizado sob coordenação da Senasp e com viés no perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública. Nesse sentido, o objetivo da MCN é orientar, por meio de um referencial teórico-metodológico,

as ações formativas dos profissionais de segurança pública em qualquer nível ou modalidade de ensino. As competências são as cognitivas (requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento), as atitudinais (visam a estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais) e as operativas (preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente).

A ISP apresenta-se, nesse contexto da MCN, como disciplina da área “comunicação, informação e tecnologias em segurança pública” e tem a seguinte temática: atividades, operações e análise de Inteligência (BRASIL, 2014). Nesse sentido, ressalta-se a importância da inclusão, nos currículos das instituições de segurança pública, da disciplina em questão, dada sua capacidade de levar, ao discente, conhecimentos oportunos sobre tal temática.

A disciplina Inteligência de Segurança Pública demanda, como competência associada, o conhecimento dos fundamentos das Atividades de Inteligência, cujo objetivo é criar condições para que os profissionais de segurança pública possam:

Ampliar conhecimentos para: conhecer os conceitos da atividade de inteligência de segurança pública, as redes e os respectivos sistemas de inteligência. Desenvolver e exercitar habilidades para: utilizar técnicas de inteligência de segurança pública; produzir conhecimentos necessários à tomada de decisões. Fortalecer atitudes para: proteger redes e sistemas de inteligência; reconhecer a importância de um comportamento devidamente regrado por princípios, características e valores éticos da atividade de inteligência de segurança pública (BRASIL, 2014, p. 173).

Para isto, de acordo com a MCN, o mapa de competências da disciplina deve obedecer aos critérios de aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, que deverão ser observados e planejados para cada discente que terá como repositório os conteúdos contidos na disciplina de ISP. O QUADRO 2 apresenta uma visão dessas competências.

QUADRO 2: Aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais da disciplina Inteligência de Segurança Pública delineada na Matriz Curricular Nacional.

Aspectos conceituais	Aspectos procedimentais	Aspectos atitudinais
Histórico da atividade de Inteligência	Atividades de Inteligência	Compartilhamento e compartimentação responsáveis da informação
Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)	Produção do conhecimento	Objetividade e capacidade intelectual e analítica
Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP)	Proteção do conhecimento	Preservar informações e ter ciência das consequências do destino indevido destas informações
Fundamentos jurídicos da atividade de inteligência	Segurança orgânica, segurança de assuntos internos e segurança ativa	Sigilo
-	Operações de Inteligência de segurança pública	-
-	Manejo seguro de informações; destinação e manejo de documentação sigilosa	-

FONTE: Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014).

A partir das competências demonstradas acima, verifica-se que o conteúdo programático aborda os principais temas relacionados à atividade de Inteligência, no sentido estrito: os ramos Inteligência e Contrainteligência, as operações de Inteligência, os fundamentos jurídicos, arcabouço histórico, o Sisbin e a DNISP.

Perfil profissiográfico para o exercício da atividade de Inteligência de Segurança Pública

O perfil profissiográfico tem por finalidade auxiliar na determinação de características desejáveis em um profissional, suas habilidades cognitivas, técnicas e comportamentais. Para isto, podem ser dimensionados conhecimentos, responsabilidades, experiências, habilidades, aptidões e atitudes do indivíduo que o qualifiquem para o desempenho de uma função.

Por se tratar de uma atividade especializada, a Inteligência de Segurança Pública requer de seus profissionais características capazes de atender a atividade de assessorar os tomadores de decisões com conhecimentos de Inteligência. Para executar essa atividade, esses profissionais podem atuar no campo da produção de conhecimento e/ou na condição de busca do dado negado quando da realização de operações de Inteligência.

Primeiramente, percebe-se a necessidade de que esses profissionais possuam formações específicas. Telemberg (2015) estabelece requisitos para a formação profissional de Inteligência destinado à produção de conhecimentos e para área de operações de Inteligência.

Para que a formação em ISP obedeça ao critério sugerido por Telemberg (2015) – o desenvolvimento gradual nos níveis básico, intermediário e avançado – é necessário delinear o perfil e mapear as competências necessárias para o desenvolvimento da atividade de ISP. Para isto, é necessário analisar-se os conhecimentos, habilidades e atitudes que possuem esses profissionais de ISP.

Alcântara (2008) afirma que o analista de Inteligência deverá possuir conhecimentos sobre contexto sociocultural local, regional e global, cultura profissional, ética profissional, informática, missão da Atividade de Inteligência e produção do conhecimento. Como habilidade, deve possuir capacidade de análise e síntese, disponibilidade para lidar com situações imprevistas, gerenciamento de dados, raciocínio crítico, resolução de problemas, trabalho em equipe e visão prospectiva. Como atitudes, Alcântara (2008) destaca comprometimento, confiabilidade, sinceridade, descrição, respeito às normas e às leis e responsabilidade.

Alcântara (2008) sugere um perfil considerado como desejável ao agente de Inteligência. Deve possuir conhecimentos de manuseio de armamento e equipamentos, noções de cultura profissional, defesa pessoal e uso de força, noções de geografia urbana, gerenciamento de crises, missão e técnicas operacionais da atividade de Inteligência. Como habilidades, deve ter a capacidade de empregar técnicas de análise, síntese, observação, memorização, descrição, trabalho em equipe e saber empregar corretamente essas técnicas nas atividades de Inteligência. Quanto a atitudes, deve sempre

agir com discrição, tranquilidade, prudência, firmeza e compromisso com o alcance de metas e resultados propostos, buscando atuar com respeito às normas e às leis.

Conclusão

A capacitação de recursos humanos que compõem as agências de Inteligência das instituições de segurança pública é fator essencial ao êxito no cumprimento das missões a elas atribuídas, com a finalidade de garantir a ordem pública. Essas agências, como integrantes do Sisp, formam uma rede cujas instituições possuem características em comum, tais como, discutir ações formativas que promovam o aprimoramento de cursos de capacitação de profissionais de ISP. Notadamente, com a discussão da capacitação profissional no campo da ISP, pretende-se alcançar uma eficiência das instituições de segurança pública, com o enfoque na solução de problemas que envolvam o ambiente criminal.

Diante do contexto da educação profissional, a construção de um currículo que tenha experiências que convirjam para práticas pedagógicas direcionadas a conteúdos que tenham “centros de interesse”, auxilia na organização didática para compreensão das realidades no campo da ISP. Dessa forma, o presente artigo apresenta os referenciais básicos que possam direcionar a construção desses

currículos, de forma a abranger as competências das instituições e o perfil do profissional de ISP, num contexto doutrinário e específico da atividade.

Nessa concepção, os referenciais que formam a base para a construção de currículos para cursos de capacitação de profissionais de ISP devem levar em consideração, primeiramente, as competências e missões das instituições de segurança pública, pois constituem a atividade-fim das organizações. A DNISP, por sua vez, aponta para a padronização de conceitos e técnicas especializadas utilizadas na atividade de ISP. Já a MCN, elaborada pela Senasp, tem a pretensão de ser um referencial teórico-metodológico, que considera o ensino por competências como foco da formação de profissionais que atuam na segurança pública. Por último, o perfil profissiográfico dos profissionais de ISP como referencial demonstra as áreas de conhecimento e as habilidades que a capacitação deve atingir com prioridade.

Assim, como proposta de discussão de referenciais para a capacitação de profissionais de ISP, o presente artigo buscou reunir os aspectos básicos que permeiam a construção de um currículo que atenda às necessidades das instituições atuantes na segurança pública, no sentido de valorizar e qualificar a formação profissional dos recursos humanos que compõem o Sisp.

Bibliografia

ALCÂNTARA, Ronaldo Silveira de. *Mapeamento dos principais componentes das competências gerais das funções de chefe, analista e agente do Sistema de Inteligência da PMMG*. 2008. Monografia (Especialização em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública com Direitos Humanos). Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais em parceria com o Centro Universitário Newton Paiva: Belo Horizonte, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública*. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública*. Coordenação: Andréa da Silveira Passo [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização dos serviços de inteligência*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

DOLL JÚNIOR, Willian E. *Currículo: uma perspectiva pós-moderna*. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FEITOZA, Denilson P. *Inteligência, segurança e direito: políticas e operações de inteligência*. Relatório (residência Pós-Doutoral) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

GONÇALVES, Joaquisval Brito. *Atividade de inteligência e legislação correlata*. 4. Ed. Niterói: Impetus, 2016.

LUNARDI, M. S; CASTRO, J. M. F. C; MONAT, A. S. *Visualização dos resultados do Yahoo em nuvens de texto: uma aplicação construída a partir de web services*. InfoDesign Revista Brasileira de Design da Informação, v. 5, n. 1, p. 21-35, 2008.

PACHECO, José Augusto. *Currículo: teorias e práxis*. Porto: Porto Editora, 1996.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

TELEMBERG, Márcia Stein. Formación en inteligencia. In: PAZ, José Gabriel; ROMÁN, Roberto. (Orgs.) *Inteligencia estratégica latinoamericana: perspectivas y ejes predominantes para la toma de decisiones estratégicas ante un mundo en cambio, antología*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Ministerio de Defensa, 2015.

VANTI, Nadia Aurora Peres. *Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento*. Ciência da Informação, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.